

JUSTIÇA FALHA

# Entre proteção e injustiça: os casos que mancham a Lei Maria da Penha

Foto Divulgação



Denúncias infundadas, embora minoria absoluta, impactam vidas e alimentam discussões sobre o aprimoramento da legislação

05



## MT registra aumento de 47,6% nas mortes no trânsito em 2025

06

CONFLITO AMBIENTAL

08

### Pressão por hidrelétricas no rio Cuiabá reacende debate sobre impactos ambientais e segurança hídrica em Mato Grosso



Foto Divulgação

FIM DA DISCUSSÃO

06

### Parlamentares de MT reagem com indignação à prisão de Bolsonaro e pressionam pela anistia

Políticos afirmam que o ex-presidente é alvo de "perseguição política" e acusam Moraes de "abuso" e "crueldade"



Foto Divulgação

**UM MILHÃO** /MÊS  
**DE ACESSOS**



ALEKSANDER SZPUNAR NETTO - ADVOGADO

## Comprar imóvel sem certidões é um salto no escuro

Para a maioria das pessoas, adquirir um imóvel representa a maior transação financeira de suas vidas. Trata-se do anseio pela casa própria, o investimento seguro, o abrigo familiar. Porém, esse sonho pode rapidamente se tornar um pesadelo se a aquisição não for precedida da devida precaução jurídica.

Recentemente, surgiram decisões judiciais que atenuam a necessidade de apresentar todas as certidões dos vendedores. Existe quem entenda isso como um “relaxamento” burocrático. Encaro como um risco inútil.

De fato, a matrícula do imóvel é o documento crucial que atesta a posse e registra ônus, encargos e penhoras. Contudo, ela não narra toda a trama. Há circunstâncias que ainda não provocaram bloqueios ou averbações - e é precisamente neste ponto que reside o perigo.

Por exemplo, um vendedor pode estar enfrentando uma ação laboral.

Ele está ciente da alta probabilidade de ser sentenciado e, antes da sentença ser publicada, vende o imóvel para evitar que seja penhorado. Para quem adquire, tudo aparenta estar “limpo”: a inscrição está em dia e o nome do vendedor, sem restrições no Serasa. Porém, o perigo está oculto — e pode se manifestar meses mais tarde, com um bloqueio judicial imprevisto.

O mesmo princípio é aplicável a execuções fiscais, protestos e ações judiciais. Não existe tranquilidade sem a presença de negativações. Mesmo sem uma restrição formal, o processo pode existir.

Portanto, antes da assinatura de qualquer acordo, o comprador deve solicitar e o advogado deve providenciar a obtenção de todas as certidões necessárias: cíveis, trabalhistas, federais, estaduais, municipais e de protestos. É fundamental para assegurar a segurança jurídica.

Como profissionais da área jurídica, não abdicamos deste método. Embo-

ra a recente jurisprudência define que certas certidões não são imprescindíveis, adotamos o princípio da precaução. No final das contas, o seguro se tornou obsoleto e a confiança, quando abalada, é complicada de restaurar.

A mesma precaução é válida para a aquisição de imóveis em construção. Neste cenário, a atenção da análise se desloca: é necessário descobrir quem está por trás da promessa. A construtora já concluiu quantos projetos? Quantos projetos estão em progresso? Quais são suas ações judiciais - atrasos, cobranças, desistências? Existem débitos fiscais? Antes de entregar o patrimônio de uma vida a uma empresa, é necessário levar em conta todos esses aspectos. Em síntese, a aquisição de um imóvel é um ato jurídico intrincado que requer investigação e prudência. As certidões não são meras formalidades; são ferramentas de defesa. Negligenciar suas recomendações é como dirigir sem freio - pode parecer que tudo está sob controle, até que se perde a direção.

Foto Divulgação



Aleksander Szpunar Netto é advogado especializado em Regularização de Imóveis e Processos de Usucapião. Ele é o presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB Águas de Lindóia/SP.

## EDITORIAL

## Um Natal de reflexão e esperança para o Novo Ano

O Natal é um momento de celebração, mas também de reflexão. Em meio à troca de presentes, à alegria das confraternizações e à beleza das luzes que iluminam nossas cidades, é importante lembrar do verdadeiro significado desta data: o nascimento de Jesus Cristo, símbolo de amor, esperança e renovação. A celebração do Natal nos convida a olhar para o próximo com mais generosidade, empatia e gratidão, reavivando em nós o espírito de solidariedade e união.

Este ano, mais do que nunca, a mensagem de Natal ressoa como um lembrete da importância dos pequenos gestos. O mundo tem enfrentado desafios significativos, desde crises de saúde pública a questões econômicas e ambientais. No entanto, é justamente em momentos de dificuldade que a humanidade tem a capacidade de se unir e demonstrar sua força. O Natal é, acima de tudo, um convite para sermos melhores uns com os outros, para estendermos a mão àqueles que mais precisam e para celebrarmos as pequenas vitórias que tornam a vida mais significativa. É também um tempo para agradecer. Agradecer pelas conquistas do ano que passou, pela saúde, pelas amizades, pelo apoio da família e pela resiliência diante das adversidades. O Natal nos lembra que, por mais desafiador que tenha sido o ano, sempre há motivos para gratidão.

O Ano Novo que se aproxima traz consigo uma nova oportunidade para recomeços e renovação.

2025 é uma página em branco, pronta para ser escrita com novas histórias de sucesso, superação e aprendizagem. É o momento ideal para refletirmos sobre nossos sonhos, nossas metas e nossos projetos, mas também sobre nossas atitudes e valores. O que queremos para o próximo ano? Como podemos contribuir para um mundo mais justo e mais solidário? Como podemos cuidar melhor de nós mesmos e dos outros?

A virada do ano é uma oportunidade para fazer um balanço pessoal, mas também um convite para olhar para o futuro com otimismo. A verdadeira prosperidade vai além dos bens materiais. Ela está na construção de relações saudáveis, no cuidado com o meio ambiente, no cultivo da paz interior e na contribuição para a coletividade. É um ano novo que nos desafia a sermos mais conscientes, mais responsáveis e, acima de tudo, mais humanos. Aos nossos leitores, desejamos um Natal repleto de amor e união, onde as diferenças sejam celebradas e a fraternidade seja o verdadeiro presente. Que o ano novo traga a todos saúde, felicidade e muitas oportunidades para continuar crescendo, aprendendo e realizando sonhos. Que em 2025, possamos dar mais valor às pequenas coisas, ao tempo com os nossos entes queridos e à generosidade que transforma vidas. Que possamos cultivar a paz, o respeito e a esperança, fazendo do novo ano um capítulo de renovação e prosperidade para todos.

Feliz Natal e um próspero Ano Novo!



EXPEDIENTE

PAUTA  
REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM  
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

DIRETOR  
MAIKON MILAS

DEPTO. COMERCIAL  
(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CENTRO OESTE  
Popular

CIRCULAÇÃO  
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIKADA

26 ANOS

EDUARDO BOTELHO – DEPUTADO FEDERAL | Maria Cardoso

# “Só existe disputa entre Wellington, Pivetta, Jayme e Natasha”, afirma parlamentar

O cenário político de Mato Grosso está em ebulição à medida que se aproxima o período eleitoral. A indefinição sobre os nomes que disputarão o governo do Estado nas próximas eleições tem gerado debates acalorados e projeções divergentes entre os principais protagonistas do cenário político local. Enquanto o debate sobre as possíveis candidaturas se intensifica, os parlamentares também enfrentam desafios significativos no campo orçamentário, onde a alocação de recursos e o remanejamento de verbas seguem como temas centrais nas discussões da Assembléia Legislativa.

Em entrevista exclusiva ao Centro Oeste Popular, o deputado estadual Eduardo Botelho, atual presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, compartilhou suas perspectivas sobre a sucessão estadual, as prioridades orçamentárias para 2024 e o impacto das recentes movimentações políticas em nível nacional no cenário local.

O deputado abordou questões como o momento ainda indefinido nas articulações políticas, as expectativas em torno das emendas parlamentares e a necessidade de ajustes orçamentários, além de comentar o impacto das prisões de figuras políticas de destaque e suas repercussões nas discussões em Brasília. Com uma visão crítica e analítica, Botelho ofereceu uma visão abrangente dos temas mais relevantes que movimentam a política de Mato Grosso neste início de legislatura.

## “Está muito cedo ainda para falarmos quem vai ganhar”

Foto Divulgação

**Centro Oeste Popular – Enxergamos um cenário muito obscuro ainda em relação ao governo. O senhor compactua dessa ideia?**

*Botelho – É lógico. O momento ainda está muito cedo, muito indefinido. Vivemos na era das redes sociais, que muda toda hora; a cabeça das pessoas também está sempre mudando. Então, está muito cedo para falarmos quem é que vai ganhar.*

**Centro Oeste Popular- O senhor acredita que pode aparecer um outro nome para ser candidato e que possa entrar na briga pelo governo ou está cristalizado entre Welington e Pivetta? Se fala também do nome do Max Russi, o senhor acredita que seria um bom nome para concorrer?**

*Botelho- Acredito que a briga seja entre o Welington, Pivetta, Jayme ou Natasha, sejam os nomes. Não acredito que tenha outro nome, muito difícil. Em questão do Max, ele sempre teve vontade, mas ele nunca falou do nome dele, nunca falou para um deputado que quer ser governador, então a pessoa para ser, tem que querer.*

**Centro Oeste Popular- Max Russi estaria no mesmo patamar do Jayme para poder se eleger á governador?**

*Botelho- O Jayme tem feito um trabalho que ele não está falando publicamente, mas algumas pessoas eu sei que ele tem falado que ele quer ser governador, que ele gostaria de disputar o governo.*

**Jornal Centro Oeste- Deputado, falando agora sobre a questão dos consignados lá em Brasília, teve algum avanço?**

*Botelho- Acredito que vai haver um isolamento por um tempo para tratar a questão desses consignados, até lá, vai ficar suspenso, mas é algo que já está resolvido, não digo que é página virada, já está resolvido.*

**Jornal Centro Oeste- Em questão dos orçamentos, como está o andamento das verbas, valores, avança para o CCJ, como está?**

*Botelho- Ela deve ser votada agora em primeira, depois ela volta para a emenda dos deputados, vai para a comissão de orçamento dos deputados e depois volta novamente para a CCJ. Ela só não volta para a CCJ se tiver alguma mudança. Então nós vamos aguardar, estou trabalhando junto com o deputado Carlos Avalone para levarmos isso em paralelo, então vamos discutir muitas emendas que vão ser colocadas. Eu por exemplo, irei colocar vou colocar emenda no orçamento do governo para que ele garanta recursos para construção de abrigo para idosos, vou colocar novamente de creche, em posto artesiano, vou colocar regularização fundiária. São situações que têm que ser mudadas.*

**Jornal Centro Oeste Popular – Todo ano os deputados brigam por aumento de emendas. O senhor já afirmou que esse valor é subestimado. Muitos dizem que poderia ser 45, até 50 milhões. Há chance de mudança?**

*Botelho- Pelo menos o que nós temos feito é, que nos últimos anos, orçamentos, a diferença dos orçamentos tem sido tudo muito alto, tem dados, inclusive eu tenho os números aqui que eu posso falar para vocês agora, quanto que seria esses números. A diferença que tem dado o orçamento.*



*Em 2021, teve uma diferença de 30% entre o que ele mandou para a Assembléia e o que realizou. Em 2022, teve uma diferença de 34% entre o valor que ele aprovou na Assembléia e o que ele executou, a maior, arrecadou mais. Em 2023, 28% e em 2024, 23%. Esse ano vai chegar na casa de mais de 20%. Então ele está mandando realmente os valores subdimensionados. É claro que pelo histórico que está aí, não é nem questão de querer, só o número, números não mentem.*

**Jornal Centro Oeste Popular- Quanto ao remanejamento, o senhor acredita que os deputados vão, de fato, limitar o governo?**

*Botelho- Esse é o grande problema, toda vez a gente discuta aqui que vai limitar o remanejamento, chega no final, busca o governo e acaba mudando de novo. Não vou dizer porque aqui são 24 deputados, a cabeça de todos é que vai na hora, eu já fiz a emenda para reduzir, agora, de repente, faz outra*

*emenda e passa, eu não tenho o que fazer, eu sou um morto.*

**Jornal Centro Oeste Popular- O senhor acredita que a prisão de figuras políticas e militares, como o ex-presidente Bolsonaro e alguns generais, tem afetado o andamento das discussões e decisões no Congresso? E o que o senhor pensa sobre a dosimetria das penas, especialmente em relação à sentença dada aos generais?**

*Botelho- Eu vejo que sim, evidentemente que a prisão dele atrapalha as conversas que possam estar ocorrendo, agora, estamos aguardando que o congresso também faça a votação da dosimetria da pena, realmente a pena dos generais, não diria só de Bolsonaro, mas dos generais de modo geral foi exagerada. Você vê que tem gente que comete crimes e crimes aí, e aí porque teve uma proposta, uma conversa em que nada saiu do papel, dar 27 anos, 26 anos, realmente é algo exagerado*

FILANTROPIA E SAÚDE | Ana Carolina Guerra

## Hospital de Câncer de MT amplia estrutura com apoio do agronegócio e registra 246 mil atendimentos em um ano

Dados mostram crescimento e impacto das parcerias que vêm garantindo obras e manutenção

Victor Ostetti

Desde 1999, o Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCanMT) se mantém como o maior centro oncológico do estado, sendo referência em prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Com um atendimento humanizado e uma equipe especializada, a instituição registrou entre setembro de 2024 e setembro de 2025 um total de 246.897 atendimentos, incluindo consultas, exames, procedimentos de urgência, sessões de radioterapia e quimioterapia, além de internações e cirurgias. Durante o mesmo período, a campanha de prevenção percorreu mais de 60 municípios, alcançando mais de 21 mil pacientes e realizando mais de 100 mil atendimentos voltados à detecção precoce do câncer em Mato Grosso.

A manutenção e expansão da estrutura do hospital dependem diretamente das doações e parcerias estabelecidas ao longo dos anos. O apoio do agronegócio tem papel central, com contribuições financeiras, patrocínios em eventos, doação de lotes e investimentos em obras e equipamentos. Um dos gestos mais significativos foi a doação feita pela família Moraes: uma fazenda avaliada em R\$ 4 milhões, destinada ao hospital após o falecimento dos pais. A iniciativa atendeu ao desejo da mãe, que havia sido vítima de câncer e expressou o desejo de contribuir de forma marcante com a instituição. Com a entrega do imóvel ao hospital, foi possível viabilizar a construção de novas alas e ampliar a capacidade de atendimento.

As obras recentes também foram impulsionadas por diversas instituições parceiras. O centro cirúrgico foi erguido com apoio do Univag, Instituto Ronald McDonald, Bom Futuro, Sicredi, Prefeitura e Câmara de Sorriso, além do Sindicato Rural de Colíder. A unidade de terapia intensiva recebeu investimentos da Bom Futuro, Estância Bahia e John Deere. O presidente do hospital, Laudemir Moreira Nogueira, ressalta que essas colaborações acompanham a história do HCanMT e continuam essenciais diante das dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição. A diretora administrativa, Renata Oliveira, destaca que as doações representam cerca de 58% do custeio mensal do hospital, garantindo a compra de medicamentos, cateteres, próteses e outros itens não cobertos pelo contrato público ou pelo SUS.



De acordo com o demonstrativo financeiro apresentado, a receita média mensal do hospital no período foi de R\$ 6,8 milhões, somando contrato estadual, recursos do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal e doações. O contrato com a Secretaria de Estado de Saúde prevê repasses mensais de R\$ 7,83 milhões, porém, esses valores sofrem descontos, como o referente ao PET-SCAN, além de variações relacionadas à apuração de metas. Entre setembro de 2024 e setembro de 2025, os repasses oscilaram conforme as análises técnicas da produção enviada. A direção do hospital solicitou ao Tribunal de Contas do Estado a realização de uma auditoria para revisar os critérios utilizados nessas avaliações. Durante esse período, as doações totalizaram R\$ 2,48 milhões, com cresci-

mento nos valores arrecadados ao longo de 2025. As despesas mensais da instituição somaram aproximadamente R\$ 10,1 milhões, englobando folha de pagamento, honorários médicos, manutenção, materiais e medicamentos.

Mesmo diante do desequilíbrio entre receita e despesa, o hospital segue com suas obras, todas financiadas por parcerias com o agronegócio, entidades civis e grupos médicos que atuam na instituição. A direção elaborou um projeto para ampliação de 60 leitos, sendo 45 para adultos e 15 para o público infantil, aguardando investimentos para iniciar a execução. A administração também avalia a possibilidade de absorver a demanda oncológica caso a Santa Casa de Cuiabá encerre suas atividades

na área, desde que haja expansão estrutural com novos aportes.

“A Santa Casa está na iminência de fechar, conforme o próprio governo já afirmou que não conseguirá manter a instituição. Nós temos condições de absorver essa demanda, mas precisamos de investimentos para ampliar nossa estrutura. Por isso, ainda em fevereiro, construí um projeto e o entreguei ao secretário Gilberto Figueiredo, prevendo a ampliação de 60 leitos, sendo 45 para adultos e 15 infantis. Infelizmente, esse projeto não teve encaminhamento. Se houver investimento do Estado para ampliar nossa estrutura, o Hospital de Câncer poderá receber essa demanda tranquilamente. Minha preocupação é a seguinte: se ampliarmos nossa estrutura, vamos atender mais e melhor.

O Hospital de Câncer não tem limite para atendimento; o que precisamos é que a parceria com o governo do Estado tenha, de fato, consequências e que o investimento aconteça aqui”, afirma o presidente.

O HCanMT também está prestes a receber a certificação ONA, tornando-se o único hospital público de Mato Grosso a alcançar esse nível de qualidade, o que reforça o compromisso da instituição com a qualidade, a transparência e a segurança do paciente.

A direção afirma que a instituição permanece aberta à fiscalização e empenhada em ampliar sua capacidade de atendimento com o apoio constante de parceiros e da sociedade.

Jornal Popular

# TRADIÇÃO QUE APURA, JORNALISMO QUE INSPIRA.

BOA LEITURA.



JUSTIÇA FALHA | Maykon Milas

# Entre proteção e injustiça: os casos que mancham a Lei Maria da Penha

Denúncias infundadas, embora minoria absoluta, impactam vidas e alimentam discussões sobre o aprimoramento da legislação

Aprovada em 2006, a Lei Maria da Penha se consolidou como um dos principais marcos na proteção de mulheres em situação de violência doméstica no Brasil. Sua implementação representou uma mudança estrutural na forma como o país enxerga e enfrenta agressões que, por décadas, permaneceram invisíveis ou tratadas como conflitos privados. Desde então, milhares de mulheres passaram a ter acesso a medidas de proteção, atendimento especializado e caminhos mais seguros para romper ciclos de violência.

Ao longo dos anos, a legislação demonstrou sua eficácia ao incentivar denúncias, ampliar a rede de apoio e estabelecer mecanismos que responsabilizam agressores. No entanto, embora a regra seja a utilização correta e necessária da lei, o debate público também contempla casos isolados de denúncias indevidas ou uso distorcido de medidas protetivas. Esses episódios, embora existentes, representam uma minoria dentro do universo de atendimentos e não alteram o caráter essencialmente protetivo da norma.

Estudos realizados por órgãos públicos e instituições de pesquisa apontam que notificações infundadas correspondem a uma parcela significativamente pequena das ocorrências registradas. Na prática, esses números reforçam que a lei é aplicada, na imensa maioria das vezes, como ferramenta legítima de defesa e amparo para mulheres em situação de vulnerabilidade. Especialistas na área jurídica e psicossocial ressaltam que esses desvios não devem servir como argumento para enfraquecer a credibilidade da legislação ou das vítimas que buscam ajuda.

Mesmo assim, situações em que uma acusação é comprovadamente injusta podem gerar consequências graves para quem é apontado como agressor sem fundamento. Entre os impactos possíveis estão danos à reputação, desgaste emocional, prejuízos profissionais e desdobramentos familiares, especialmente em disputas de guarda ou separações conflituosas. O sistema jurídico prevê punições para condutas como falsa comunicação de crime e denúncia ca-

luniosa, mas a responsabilização nem sempre avança quando não há provas suficientes de má-fé.

As motivações que levam ao uso indevido da lei podem envolver conflitos pessoais intensos, disputas judiciais, instabilidades emocionais ou tentativas de obter vantagens em contextos litigiosos.

Apesar disso, especialistas defendem que o enfrentamento a esse problema deve ser cuidadoso, para não criar barreiras que dificultem o acesso de mulheres que realmente necessitam de proteção imediata.

Entre as propostas para aprimorar o sistema estão o fortalecimento das equipes responsáveis pela investigação, o uso de tecnologia para agilizar a coleta de provas, a capacitação permanente de profissionais que atuam no atendimento às vítimas e a análise criteriosa das situações que resultam em medidas protetivas. Esses aperfeiçoamentos buscam garantir agilidade e justiça, tanto para quem denuncia quanto para quem responde às acusações.



Quase vinte anos após sua criação, a Lei Maria da Penha continua sendo um instrumento indispensável no combate à violência doméstica. A discussão sobre seus eventuais usos indevidos não diminui sua relevância; ao contrário, integra o processo de aperfeiçoamento constante que leis sociais exigem. O desafio é equilibrar proteção e rigor, assegurando que as vítimas continuem amparadas e que casos excepcionais de injustiça também encontrem respostas adequadas dentro do sistema legal.

30 MIL APREENSÕES | Maria Cardoso

# Infrações crescem 11% em Cuiabá e elevam número de veículos apreendidos

Fiscalização intensificada pelo Detran-MT busca maior regularização, com expectativas de aumento nas apreensões

No último período, o Detran-MT registrou a apreensão de cerca de 30 mil veículos, tendo o licenciamento atrasado como a principal causa das retenções. Esse número foi estimado a partir de notícias locais e relatórios de fiscalização, já que os dados completos ainda não foram oficialmente consolidados. Além disso, o acúmulo de multas de trânsito, como excesso de velocidade e estacionamento irregular, também contribuiu de forma significativa para as apreensões. O foco das operações tem sido o combate à irregularidade no licenciamento, que envolve motoristas que deixam de regularizar o pagamento do IPVA e outras taxas relacionadas à documentação do veículo.

As infrações em Cuiabá também têm gerado preocupação crescente. Entre 01/01/2024 e 31/12/2024, foram registradas 626.776 infrações. Já no período de 01/01/2025 a 25/11/2025, esse número aumentou para 693.436, representando um crescimento de aproximadamente 11%. Esse acréscimo reflete diretamente no aumento das apreensões, uma vez que muitas das infrações estão relacionadas a documentação irregular e ao não cumprimento das normas de licenciamento.

A maior parte das apreensões está ligada ao licenciamento irregular, mas também há casos decorrentes de multas não pagas e inconsistências nos documentos, como o não pagamento do IPVA ou a ausência de documentos obrigatórios. A fiscalização tem sido fundamental para reduzir o número de veículos irregulares no estado, contribuindo para a segurança no trânsito.

Com a continuidade das operações e o uso de novas tecnologias, incluindo câmeras de monitoramento e sistemas de leitura automática de placas, o Detran-MT prevê um aumento no número de apreensões nos próximos meses. Esses recursos permitem identificar veículos irregulares com mais agilidade e eficiência. A expansão dos serviços digitais também facilita a regularização dos veículos apreendidos, embora, ao mesmo tempo, evidencie que muitos motoristas ainda não mantêm sua documentação atualizada.

Desde o início da intensificação das fiscalizações, o Detran-MT implementou diversas mudanças nas regras, como o controle das diárias nos pátios de retenção e a ampliação das ferramentas de regularização online. Essas medidas buscam garantir mais transparência nos custos de estadia dos

veículos apreendidos e facilitar o processo de regularização para os motoristas. O uso de tecnologia avançada tem contribuído para aumentar a eficiência das operações, refletindo diretamente no número crescente de apreensões. Para evitar que veículos sejam apreendidos em Mato Grosso, o Detran-MT orienta que os motoristas mantenham toda a documentação em dia. A recomendação é verificar o prazo de vencimento do licenciamento anual, quitar multas pendentes e regularizar quaisquer inconsistências no IPVA e documentos do veículo. A instituição oferece canais digitais que simplificam esse processo, permitindo a regularização sem a necessidade de deslocamento até as unidades físicas. O crescimento das apreensões nos últimos meses demonstra a preocupação crescente com a regularidade documental e com a segurança no trânsito. O Detran-MT continua investindo em tecnologia e melhorias no processo de fiscalização para garantir que todos os veículos em circulação estejam de acordo com a legislação. Para os motoristas mato-grossenses, compreender a importância da regularização é fundamental para evitar transtornos e contribuir para um trânsito mais seguro e organizado no estado.



CRESCIMENTO PRECUPANTE | Ana Carolina Guerra

# Mato Grosso registra aumento de 47,6% nas mortes no trânsito em 2025

Foto: Divulgação

Apesar de esforços de conscientização, como a Semana Nacional de Trânsito, os índices de acidentes fatais seguem alarmantes em Mato Grosso

As tragédias no trânsito, muitas vezes evitáveis, continuam deixando marcas profundas nas famílias das vítimas em Mato Grosso. Somente entre janeiro e agosto deste ano, 654 pessoas perderam a vida em acidentes registrados nos 142 municípios do estado, número superior aos 443 homicídios dolosos contabilizados no mesmo período. Os dados, fornecidos pelo Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apontam o trânsito como a principal causa de mortes violentas em Mato Grosso.

A negligência, imprudência dos condutores, aliadas à falta de fiscalização, falhas de sinalização, desrespeito às leis de trânsito e o uso de álcool e outras drogas ao volante estão entre os fatores que mais contribuem para os sinistros. Diante desse cenário, autoridades estaduais e municipais têm promovido diversas ações para combater o problema.

O presidente do Detran-MT, Gustavo Vasconcelos, destacou que a campanha de conscientização durante o período reforça o compromisso coletivo com atitudes seguras no trânsito e a necessidade de reduzir o número de ocorrências fatais. Ele afirmou que o órgão mantém

ações educativas ao longo de todo o ano e que a mudança de comportamento é fundamental para consolidar uma cultura de paz nas vias.

Os dados do Sinesp revelam que, em média, três pessoas morrem por dia no trânsito mato-grossense até agosto. Comparado ao mesmo período de 2024, quando foram registradas 615 mortes, o estado teve um aumento de 6,34% nos óbitos relacionados aos acidentes. Em 2024, Mato Grosso fechou o ano com 1.001 mortes, sendo agosto o mês mais letal, com 113 vítimas. A maioria das vítimas fatais são homens, que somam 524 dos registros.

Entre os municípios com maior número de vítimas estão Cuiabá (53), Sinop (43), Rondonópolis (38), Várzea Grande (35), Sorriso (26), Lucas do Rio Verde (19), Nova Mutum (17), Tangará da Serra (12), e Alta Floresta e Juína, ambos com 13 mortes. No país, mais de 16,3 mil óbitos foram registrados no trânsito neste ano.

Nas rodovias federais, o trecho da BR-163 apresentou uma queda de 24,5% nas mortes entre janeiro e junho de 2025, passando de 53 para 40 registros, conforme a Nova Rota do Oeste, concessionária responsável pela via.

Não houve óbitos em 2025 nos trechos da Serra de São Vicente e Rodovia dos Imigrantes. A gerente de Eficiência Operacional da concessionária, Bárbara Nathane, atribuiu a redução às duplicações de pista, reforço na fiscalização e ao atendimento operacional, que auxilia na remoção de veículos e na prestação de socorro.

Apesar da redução, a BR-163 segue entre as rodovias mais críticas do estado, com cerca de 70 mil veículos circulando diariamente, sendo 70% deles caminhões de carga. Conhecida como “rota dos grãos”, a rodovia também ganhou o apelido de “corredor da morte” devido à quantidade de acidentes fatais. Somente em julho, ao menos quatro mortes foram registradas, incluindo um choque frontal que vitimou Rony Raone Martins, em Cláudia. Em Nova Mutum, uma ciclista foi atropelada por uma caminhonete, e um motorista morreu após colisão com carretas. Em Lucas do Rio Verde, outro condutor perdeu a vida após um acidente. Em abril, cinco pessoas da mesma família morreram após uma colisão entre um carro e uma carreta entre Matupá e Guarantã do Norte.

Os dados estaduais revelam que, entre janeiro e outubro de 2025, as mortes no trânsito passaram de 799 em 2024 para 854 em 2025. As ocorrências de lesão corporal culposa também cresceram, saltando de 5.160 para 6.668 no mesmo período. Nas rodovias pavimentadas, os sinistros fatais representaram 41,1% das mortes em 2023, 38,7% em 2024 e 20,1% até agosto de 2025, mostrando uma redução proporcional, mas ainda com números expressivos.

A edição de 2025 da Semana Nacional de Trânsito contabilizou mais de 11 mil pessoas alcançadas em 94 ações realizadas de 18 a 28 de setembro em diversos municípios, incluindo Barra do Garças, Sinop, Juína, Sorriso, Tangará da Serra, Rondonópolis e Primavera do Leste. As atividades envolveram palestras, pit stops educativos, ações integradas com bares e restaurantes, oficinas pedagógicas e abordagens em parques.

No interior, as unidades descentralizadas do Detran realizaram 38 ações com cerca de 5 mil participantes, apoiadas pelas forças de segurança locais. De janeiro a agosto deste ano, foram registrados 674 sinistros fatais e 4.482 sem vítimas fatais em Mato Grosso. Embora esses números sejam menores do que os registrados no mesmo período de 2024, ainda são considerados preocupantes. Para a diretora de Educação e Fiscalização do Detran-MT, Adriana Carnevale, a redução parcial dos índices demonstra avanços, mas reforça a necessidade de continuidade das ações. Ela destacou que o órgão seguirá trabalhando com orientação, sensibilização e diálogo com a sociedade. O coordenador de Ações Educativas, Henry Ferreira, afirmou o compromisso do Detran com a educação para o trânsito, enfatizando que somente com conscientização coletiva será possível tornar as vias mais seguras e humanas.



TENSÃO ENTRE PODERES | Ana Carolina Guerra

## Parlamentares de Mato Grosso reagem com indignação à prisão de Bolsonaro e pressionam pela anistia

Políticos afirmam que o ex-presidente é alvo de “perseguição política” e acusam Moraes de “abuso” e “crueldade”

Foto: Divulgação

Políticos de Mato Grosso reagiram positivamente ao depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), no processo que apura a tentativa de golpe de Estado. Ele foi o sexto réu a prestar esclarecimentos na ação penal que investiga a atuação de autoridades e militares contra o resultado das eleições de 2022.

O vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos) elogiou a postura do ex-presidente durante o interrogatório. Segundo ele, Bolsonaro demonstrou tranquilidade e clareza ao responder às perguntas. “Acredito que, no final, o bom senso prevaleça. O STF tem 11 componentes, pessoas maduras, que vão representar bem o pensamento do brasileiro na hora de julgar”, afirmou.

A presidente da Câmara Municipal, vereadora Paula Calil (PL), também saiu em defesa de Bolsonaro. Para ela, não há motivo para uma eventual prisão.

Entre os parlamentares que apontaram irregularidades no interrogatório, o deputado estadual Gilberto Cattani (PL) classificou a audiência como um “teatro” e afirmou que o processo se baseia em suposições. “Você não pode ter uma acusação baseada em suposições, como está sendo ali. Isso ficou muito claro, até quando perguntaram ao presidente sobre um general que teria deixado tropas à disposição. O general é aposentado, nem tropa tem”, criticou.

Cattani reforçou a posição de Bolsonaro ao afirmar que aqueles que defendem intervenção militar são “malucas”, destacando que qualquer tentativa de forçar o Exército a tomar o poder e promover um golpe em um governo democrático está completamente fora da razão. O deputado federal Coronel Assis (União Brasil) também criticou o andamento da ação, classificando o processo como um “grande teatro”, sustentado, segundo ele, por uma tese “fraudulenta, sem prova, sem lógica e sem verdade”.



Outro aliado do ex-presidente, o deputado federal José Medeiros (PL), negou que Bolsonaro tenha convocado manifestações ou incentivado atos antidemocráticos. “Não há nenhuma ação de Bolsonaro chamando para a frente de quartéis, bem como a ordem ou voz que convocou manifestantes para o 8 de janeiro não saiu de sua boca. O que existe é uma tentativa de imputar ao ex-presi-

dente a responsabilidade de ter conduzido as duas coisas para justificar uma tentativa de golpe. Mas tudo partiu de iniciativa popular. O resto é narrativa”, declarou, em publicação nas redes sociais.

A deputada federal Coronel Fernanda (PL) reforçou a defesa de Bolsonaro ao compartilhar em suas redes sociais trechos da audiência. O deputado federal

Nelson Barbudo (PL) também comentou o depoimento, reagindo a um momento descontraído em que Bolsonaro sugeriu, em tom de brincadeira, uma chapa com o ministro Alexandre de Moraes nas eleições de 2026. “Eita que o homi é corajoso (sic)”, escreveu. O deputado Rodrigo da Zaeli (PL) igualmente mencionou o episódio, questionando: “E essa chapa aí, hein? Bolsonaro e Moraes 2026?”

RISCOS COM O USO INDEVIDO | Maria Cardoso

# Mounjaro: uso irregular do medicamento para emagrecimento cresce e preocupa especialistas

Apesar de aprovado para obesidade, Mounjaro é usado de forma irregular por brasileiros, gerando riscos à saúde; iniciativas públicas buscam tratamento seguro e monitorado

O medicamento Mounjaro, da Eli Lilly, com princípio ativo tirzepatida, tem ganhado destaque no Brasil por seus efeitos no emagrecimento. Inicialmente aprovado pela Anvisa apenas para o tratamento do diabetes tipo 2, o medicamento passou a ser usado de forma irregular por pessoas que buscam perda de peso rápida, muitas vezes sem prescrição médica e sem acompanhamento profissional.

Em 9 de junho de 2025, a Anvisa aprovou o Mounjaro para tratamento da obesidade e sobrepeso em adultos com IMC igual ou superior a 30 kg/m<sup>2</sup>, ou a partir de 27 kg/m<sup>2</sup> com comorbidades como hipertensão e dislipidemia. Estudos clínicos mostram que a tirzepatida pode reduzir mais de 20% do peso corporal quando combinada com dieta balanceada e exercícios físicos. Apesar da eficácia, o uso exige prescrição médica, aplicação subcutânea correta e monitoramento regular, exigências frequentemente ignoradas.

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial em pesquisas online por

“canetas emagrecedoras” como Mounjaro e Ozempic, segundo a CNN Brasil (2025). A Receita Federal registrou aumento de 755% nas apreensões desses medicamentos nos quatro primeiros meses de 2025, sendo que 8 em cada 10 cargas apreendidas eram Mounjaro, destinadas ao uso estético ou à venda irregular. Em uma operação, foram confiscados mais de 300 frascos, avaliados em R\$ 800 mil.

Especialistas alertam para os riscos do uso inadequado, como náuseas, vômitos, pancreatite, hipoglicemia, distúrbios hormonais e perda de massa muscular, além do chamado efeito rebote, quando o peso retorna após a interrupção do tratamento. A utilização sem acompanhamento médico é proibida pela Anvisa, e o comércio em farmácias de manipulação é considerado irregular.

Para oferecer alternativas seguras, iniciativas públicas têm surgido. Em Cuiabá, a vereadora Michelly Alencar (União Brasil) lançou o projeto “Cuiabá Mais Leve”, voltado a pessoas com obesidade grau 3 (IMC acima de 40).

O programa inclui triagem médica, acompanhamento nutricional e psicológico, e um mês de atividade física supervisionada antes de iniciar o tratamento com tirzepatida, sempre com prescrição e monitoramento. Inicialmente, cerca de 200 pessoas devem ser atendidas.

Segundo Michelly, “Nosso objetivo é salvar vidas e dar dignidade a quem convive com obesidade severa, oferecendo tratamento responsável e baseado na ciência.

A obesidade é um problema de saúde pública, não apenas estética.”

Especialistas reforçam que, em ambientes controlados, a tirzepatida pode ser uma aliada no combate à obesidade. Mas o uso descontrolado, impulsionado por redes sociais e promessas de emagrecimento rápido, transforma o medicamento em risco à saúde pública. Iniciativas como o “Cuiabá Mais Leve” mostram que é possível caminhar pelo lado certo da ciência e da política pública, priorizando saúde e bem-estar acima das pressões estéticas.



[f prefeituracba](#)   [@ cuiabaprefeitura](#)   [v cuiabasecom](#)

**COMECE 2026**

**de bem** COM A

**DÍVIDA**

✓ IPTU
✓ ALVARÁ
✓ ISSQN
✓ ITBI
✓ MULTAS

Multas de trânsito, ambientais e do PROCON

ATÉ

**95%**

DESCONTO À VISTA

EM JUROS E MULTAS

ATÉ

**48X**

COM DESCONTO REDUZIDO

CONSULTE TABELA NO SITE

NEGOCIE ONLINE

[refis.cuiaba.mt.gov.br](https://refis.cuiaba.mt.gov.br)

NEGOCIE PRESENCIALMENTE

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Av. Getúlio Vargas, 490. Centro

**PARCELE NO CARTÃO**

Parcele suas dívidas protestadas em 21x no cartão de crédito com até 95% de desconto. Parcelamento realizado somente no Cartório do 4º Ofício de Títulos e Notas.

ATÉ **30/12/2025**

**CUIABÁ**  
PREFEITURA

CONFLITO AMBIENTAL | Maykon Feitosa Millas

# Pressão por hidrelétricas no rio Cuiabá reacende debate sobre impactos ambientais e segurança

A disputa sobre a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Cuiabá intensifica o embate entre desenvolvimento econômico e a preservação do Pantanal

A possibilidade de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo do rio Cuiabá voltou a ser tema de intensas discussões em Mato Grosso, especialmente com a aproximação de 2025. O projeto, que já enfrentava forte resistência de ambientalistas e comunidades ribeirinhas, ressurgiu após novos movimentos do setor energético e de prefeituras interessadas em ampliar sua arrecadação.

Considerado um dos principais formadores do Pantanal, o rio Cuiabá abastece a capital mato-grossense e é fundamental para a dinâmica da planície alagável. Qualquer intervenção em sua calha tem gerado reações de especialistas, que alertam sobre os riscos ambientais e os impactos irreversíveis para o bioma. Empresas do setor elétrico e representantes do agronegócio defendem que as PCHs poderiam contribuir para a diversificação da matriz energética de Mato Grosso, ainda muito dependente de termelétricas e energia importada de outros estados. A construção das hidrelétricas, segundo esses grupos, traria aumento da oferta de energia local, além de gerar empregos e atrair novos investimentos industriais.

Além disso, municípios ribeirinhos também veem a possibilidade de aumentar a arrecadação via impostos, além de promessas de investimentos em infraestrutura que seriam viabilizados durante as negociações.

Por outro lado, especialistas ambientais e pesquisadores alertam que qualquer barramento do rio Cuiabá, mesmo que de pequeno porte, pode alterar a velocidade, profundidade e periodicidade das águas, o que afetaria diretamente a fauna e os ciclos naturais do Pantanal.

Segundo estudos independentes, as PCHs podem causar retenção de sedimentos, fragmentação de habitats e drástica redução na migração de espécies como o pintado, dourado e pacu, que são fundamentais para a pesca artesanal e esportiva, atividades que movimentam a economia local.

Moradores ribeirinhos do rio Cuiabá expressam grande preocupação com os projetos de hidrelétricas. Eles temem não apenas os impactos ambientais, mas também as mudanças socioculturais que poderiam ocorrer com o rebaixamento das áreas de pesca, desaparecimento de praias de rio e alterações no regime das águas que moldam a vida no Pantanal.

“Se mexerem no rio, mexem com a nossa comida e com nossa história. A gente não vive sem ele”, afirma João Carlos, pescador de Barão de Melgaço, uma das cidades mais afetadas pelos projetos. Associações locais alegam que, em estudos ambientais apresentados no passado, comunidades tradicionais sequer foram consideradas como impactadas. Nos últimos anos, diversas decisões judiciais e pareceres do Ministério Público têm impedido o avanço de projetos de PCHs no rio Cuiabá, especialmente na calha principal do rio. A criação da Lei do Pantanal, em âmbito estadual, estabeleceu limites mais rígidos para empreendimentos que possam comprometer o regime natural de inundação, o que tem sido um obstáculo para os projetos de hidrelétricas.

Mesmo assim, os grupos econômicos insistem que as PCHs teriam impactos menores e poderiam ser compensadas com tecnologias de transposição de peixes e gestão de sedimentos. No entanto, esses argumentos têm sido rejeitados por muitos cientistas e organizações ambientais, que consideram essas soluções insuficientes para mitigar os danos ao ecossistema.



Foto Divulgação

A pressão política por novas hidrelétricas aumenta à medida que o estado enfrenta desafios de crise energética e busca alternativas para gerar desenvolvimento e atrair investimentos. Nos bastidores, negociações sobre as PCHs continuam, mas o governo estadual se mantém cauteloso e, até o momento, não se posicionou publicamente sobre novas licenças para as obras.

Com interesses econômicos poderosos de um lado e a preservação de um bioma mundialmente reconhecido do outro, a disputa pelo futuro do rio Cuiabá tende a se

intensificar. Organizações científicas alertam que qualquer decisão sobre a construção de hidrelétricas no rio deve ser precedida de estudos amplos e independentes, com ampla participação da sociedade, especialmente das comunidades ribeirinhas.

Enquanto isso, os ribeirinhos seguem aguardando com apreensão. “Só queremos que o rio continue vivo para nossos filhos”, resume João Carlos, pescador de Barão de Melgaço, refletindo o temor de uma população que depende diretamente do rio para sua subsistência e cultura



**TÔ DE FERIAS**

HOTEL MATO GROSSO



**AGUAS QUENTES**

O destino perfeito pra quem quer **relaxar, se divertir e aproveitar** cada momento em família.

**CRIANÇAS ATÉ 9 ANOS NÃO PAGAM\***

**PENSÃO COMPLETA INCLUSA**

RESERVE AGORA PELO TELEFONE

**3614.7500**

\*Válido para até duas crianças por quarto dos pais.

